

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Esqueça aliança formal

A relação exposta pelo *The Intercept Brasil* sobre o financiamento de Daniel Vorcaro ao filme do ex-presidente Jair Bolsonaro fragilizou o apoio do Centrão à candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto. Para o PP, por exemplo, a “crise” começou ainda na conduta de Flávio com a busca e a apreensão contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O filho do ex-presidente disse que “as acusações são gravíssimas” e soltou um “parabéns, Mendonça”. Nada disse foi bem-visto pela bancada do PP. Já há um movimento pela neutralidade em curso, ou seja, o PP não apoiar ninguém oficialmente na eleição presidencial.

É o que tem para hoje

Tem muita gente no PL reclamando de Flávio Bolsonaro e com receio de problemas, mas ninguém baterá na porta do ex-presidente Jair Bolsonaro para pedir a troca de candidato. Afinal, o melhor nome que o bolsonarismo tinha, o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, não pode concorrer ao Planalto este ano, porque não se desincompatibilizou do cargo estadual.

Não tem o que fazer

Alguns parlamentares do PL estão frustrados com o desgaste de Flávio, mas Michelle Bolsonaro não é vista como uma opção, nem mesmo na ala mais moderada do partido. Sua viabilidade é defendida apenas em um nicho muito pequeno, e isso, de acordo com parlamentares, deve-se à falta de confiança do próprio Jair Bolsonaro e dos filhos na ex-primeira-dama.

E a 6 x 1, hein?

Está prevista para hoje a apresentação do relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 na comissão especial. Uma das mudanças deve ser a contagem de horas, que passaria a ser contabilizada mensalmente e não mais semanais, embora haja o desejo de manter a proporção de 40 horas. O texto também não deve definir um número máximo de horas extras. Ainda na noite de ontem, o relator, Léo Prates (Republicanos-BA), negociava com os partidos os últimos detalhes, sob a orientação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Flávio na montanha-russa

A série de versões do senador Flávio Bolsonaro sobre sua conversa com o ex-controlador do Banco Master Daniel Vorcaro deixou uma parte da bancada do PL e de legendas aliadas com dúvidas sobre a capacidade de reverter o desgaste provocado pelos contatos e os negócios entre os Bolsonaro e o ex-banqueiro. Até aqui, as explicações deixam a desejar, e a maioria não está totalmente segura de que nada mais aparecerá. Em conversas reservadas, muitos dizem que virão novos fatos sobre os negócios do senador.

Omissão até vai.../ ..., mas mentira não. A bancada do PL ainda está chateada com

a falta de comunicação do senador Flávio Bolsonaro sobre as negociações com Daniel Vorcaro. Os integrantes do PL avaliam que honestidade é um dos valores mais defendidos pelos conservadores e, nesse sentido, se surgir algo além do encontro já divulgado, talvez a candidatura de Flávio não suporte, porque ficará configurado que ele mentiu aos seus pares. Alguns afirmam que Flávio acertou ao falar sobre o encontro, porém só o fez depois que essa informação já estava circulando no meio político. As próximas semanas serão cruciais para saber se o parlamentar sobreviverá aos solavancos da montanha-russa.



CURTIDAS

Leticia Clemente/MRE



Enquanto isso, na Ásia... / O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto), faz um périplo por países asiáticos em busca de novos mercados para produtos brasileiros. Lá, descobriu o interesse do Japão em importar petróleo do Brasil.

... tem jogo/ está todo mundo buscando meios de fugir do conflito e do fechamento do Estreito de Ormuz, por onde circula o óleo que sai do Oriente Médio. A aposta é de que a guerra criará novas rotas de comércio e de produtos.

Alfinetou/ Durante sua apresentação na XXVII Marcha dos Prefeitos, o senador Flávio Bolsonaro falou sobre muitos assuntos — como economia, segurança pública e tecnologia —, mas excluiu os fatos recentes sobre o filme biográfico de seu pai, Jair Bolsonaro. Ovacionado, ele aproveitou o momento para dar uma indireta ao presidente Lula, que não marcou presença: “Um grande desrespeito não comparecer a um evento como esse”.

Nem todo mundo/ Enquanto o senador Flávio Bolsonaro citava que é empresário, advogado, esposo e pai, um dos participantes da Marcha dos Prefeitos questionou da plateia: “Rachador também?”

RIO DE JANEIRO

Traficante manda, deputado atende

PF descobre registro em que irmã de faccionado cobra emprego de Thiago Rangel, detentor de cargos na Secretaria de Educação

» FABIO GRECCHI
» CAETANO YAMAMOTO*

Áudios e mensagens interceptados pela Polícia Federal apontam que o deputado estadual Thiago Rangel (Avante) negociava vagas em setores da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) até mesmo com pessoas ligadas ao tráfico de drogas. Um dos diálogos captados pela PF mostra o parlamentar — preso em 5 de maio na 4ª fase da Operação Unha e Carne — sendo cobrado pela irmã do traficante Arídio Machado da Silva Júnior, o Júnior do Beco, da facção Terceiro Comando Puro (TCP). O criminoso atua no Subdistrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, município que é o berço político de Thiago. A investigação aponta que o deputado empregou pessoas indicadas por Júnior do Beco em funções na Seeduc-RJ. Uma delas seria Gleice Maria Batista da Silva, irmã do traficante, que enviou um áudio a Thiago cobrando a nomeação em algum setor local da Secretaria de Educação. “Thiago Rangel, aqui é a Gleice, a irmã de Juninho do Beco. Eu

fui fazer uma entrevista, agora em agosto ou setembro, e até hoje ele não me deu uma posição. Aí, meu irmão pediu para te ligar, para ver o que tá acontecendo”, diz Gleice, em tom de cobrança.

O pedido foi extraído do celular de Fábio Pourbaix Azevedo, considerado pela PF braço direito de Thiago e que também foi preso em 5 de maio. O deputado teria reservado vagas de “auxiliar de serviços gerais” para pessoas indicadas por Júnior do Beco. De acordo com a PF, Pourbaix pediu a Thiago o contato do traficante para saber quem seriam os indicados pelo criminoso. Como resposta, o deputado enviava ao auxiliar o número de um telefone identificado como “Junior Beco”.

Em outro áudio, o deputado diz como deve ser a organização para atender às indicações do traficante: “Você faz dois bloquinhos, prende um papelzinho escrito ‘Junior do Beco’ e bota um clip juntando os dois”, orienta.

Controle total

Os diálogos, porém, mostram que Thiago tinha controle total sobre as nomeações na administração regional da Seeduc-RJ em Campos

Instagram pessoal



dos Goytacazes e região. Em um deles, o parlamentar deixa claro que Júcia Gomes de Souza Figueiredo — então diretora regional de Educação do Noroeste Fluminense e presa também em 5 de maio — não tinha qualquer autonomia funcional. Mais: que tudo que ela fizesse, teria de comunicá-lo. “Júcia, continua aí do jeito que

funcão responsável pela gestão de 57 escolas estaduais, distribuídas em 13 cidades do Norte e Noroeste Fluminense, com mais de 3,2 mil servidores.

Outras conversas chamaram a atenção da PF. Em uma delas, Pourbaix sugere agredir um adversário político não identificado. Thiago concorda.



Thiago Rangel, aqui é a Gleice, a irmã de Juninho do Beco. Eu fui fazer uma entrevista e até hoje ele não me deu uma posição. Aí, meu irmão pediu para te ligar, para ver o que tá acontecendo”

Gleice Maria Batista da Silva, irmã do traficante Juninho do Beco

“Rapaz, eu já sei como que a gente vai resolver o problema. Vamos esquematizar, entendeu? Um bote. Ninguém vai matar ele. Ele vai tomar um bote. O moleque vai bater na cara dele, vai dar tiro no carro dele”, explicou Pourbaix.

Thiago responde: “Beleza, vamos tentar orquestrar tudo aí. Que esse cara aí é... Tá impossível suportar ele. Arrebenta esse filho da puta aí”, devolveu.

O deputado preso fazia parte da base de apoio ao ex-governador Cláudio Castro (PL), na Assembleia Legislativa (Alerj). A entrega de parte do controle da Seeduc-RJ a Thiago fazia parte do esquema de sustentação do atual governo — que está sendo administrado interinamente pelo desembargador Ricardo Couto de Castro, presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Thiago foi preso sob a acusação de chefiar um esquema de fraudes em contratos de obras e serviços da rede estadual de ensino, além de lavagem de dinheiro envolvendo empresas e uma rede de postos de combustíveis.

*Estagiário sob supervisão de Fabio Grecchi

JUDICIÁRIO

Gilmar restabelece críticas a Dallagnol

» IAGO MAC CORD

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou, ontem, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná que determinara a remoção de publicações do deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR) nas redes sociais, cujo alvo é o ex-procurador Deltan Dallagnol, candidato ao Senado

pelo Novo. O magistrado entendeu que a ordem do TRE-PR configura censura prévia.

A disputa entre Zeca e o Novo começa com o questionamento do partido às postagens em que o parlamentar afirmava que Dallagnol estaria “inelegível” e teria sido “pego tentando desviar (R\$) 2 bilhões de recursos públicos”. O TRE-PR havia julgado a

representação parcialmente procedente, alegando que a “inelegibilidade” citada era, na verdade, falta de quitação eleitoral por uma multa já paga, e que as postagens seriam propaganda eleitoral antecipada negativa e desinformativa.

Gilmar, contudo, rebate tais argumentos da Corte eleitoral. Destaca que as afirmações de Zeca têm lastro em documentos

públicos e fatos notórios.

O ministro aponta que a afirmação de que Dallagnol “segue inelegível” é juridicamente legítima, baseada em decisão do Tribunal Superior Eleitoral de junho de 2023. O TSE reconheceu fraude à lei na exoneração de Dallagnol do Ministério Público Federal (MPF), em novembro de 2021, que teria ocorrido para evitar

processos disciplinares. Daí porque ele foi condenado à inelegibilidade por oito anos.

Além disso, o ministro considerou factuais as menções a tentativas de desvios bilionários na Operação Lava-Jato, respaldadas por relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Polícia Federal (PF). As investigações apontam repasses sigilosos de R\$ 2,1 bilhões e a tentativa de destinar R\$ 2,5 bilhões a uma fundação privada — iniciativa que foi barrada pelo STF —, além de

outros R\$ 5 bilhões movimentados fora dos canais oficiais.

Para Gilmar, o Judiciário não deve ser utilizado para censurar. “A intervenção judicial sobre o debate político deve ser minimalista, sob pena de se converter em inadmissível censura prévia, sepultando o dissenso e a legítima fiscalização dos atos públicos. A busca pela verdade e a razão só podem ser obtidas se a todos for atribuído o direito de demonstrar e debater o seu ponto de vista sem interferências estatais indevidas”, frisou.